



20 DE JUNHO - DIA DO VIGILANTE

Sindicato parabeniza os trabalhadores pelo seu dia e convida os associados para o “Café com Vigilantes”

O Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais vai promover, no dia 18 de junho, um “Café com Vigilantes” especial para seus sócios para comemorar o Dia do Vigilante – 20 de junho. A comemoração será no Cine Theatro Brasil, na Praça Sete, no Centro de Belo Horizonte, às 7h30. Participe deste grande momento de confraternização e homenagem aos vigilantes. Mais informações: (31) 3270-1300.

Sindicato pede veto de parágrafo de lei que prejudica vigilantes
PÁGINA 2

Inaugurada a nova subseção do Sindicato no Sul de Minas
PÁGINA 2

Deputados debatem criação de Estatuto da Vigilância e piso nacional
PÁGINA 3

Inclusão de empregado no plano de saúde deve ser imediata
PÁGINA 3

Trabalhadores da Uniserv cruzam os braços por direitos
PÁGINA 4

Sindicato pede veto de parágrafo de lei que prejudica vigilantes

O Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais entrou na luta para que a presidenta da República, Dilma Rousseff, vete o parágrafo do Projeto de Lei do Senado (PLS) 224/2013, que regulamenta o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) dos trabalhadores domésticos, aprovado no dia 6 de maio, que prejudica a categoria dos vigilantes.

Da forma como foi aprovado pelos senadores, o Projeto de Lei cria a possibilidade de os empregados que prestam serviços na escala de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso perderem o direito ao feriado e a pausa para refeição e descanso.

Segundo o diretor do Sindicato Edilson Silva, as entidades representativas dos vigilantes foram pegadas de surpresa com a inclusão da categoria na nova lei.

“É inaceitável que os vigilantes sofram qualquer retrocesso ou prejuízos nos seus direitos. Por isso, já estamos em contato com o governo federal

para que a presidenta Dilma vete essas possibilidades”, disse.

Para Silva, o descanso é fundamental para a saúde e bem-estar dos vigilantes, que realizam escalas muito longas e podem ficar ainda mais vulneráveis a doenças e acidentes de trabalho.

“Os vigilantes se enquadram na Lei nº 7.102/1983. Portanto, não estamos medindo esforços para que os parágrafos desta nova lei, que em momento algum foi debatida com as entidades representativas dos vigilantes, sejam retirados da Lei das Domésticas e não prejudiquem os vigilantes”, informa o diretor do Sindicato.

Os vigilantes podem contribuir para que a presidenta Dilma vete o projeto escrevendo para a Casa Civil da Presidência da República (Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, Anexo I, Ala B, sala 107, Brasília - DF), enviando e-mails para o governo (sicplanalto@planalto.gov.br) ou ligando para o telefone (61) 3411-5964. Faça sua parte!

**VETA
Dilma!**



Sul de Minas ganha nova subsele em Pouso Alegre

O Sindicato inaugurou sua nova subsele no Sul de Minas, em Pouso Alegre. Além de contar com a presença de dois diretores da entidade, José Gonçalves e Paulo César, a nova subsele passa a ter uma funcionária, Angélica Maria.

A mudança de endereço e a contratação foi anunciada durante o “Café com Vigilantes”, realizado na cidade, no dia 25 de

abril.

O “Café com Vigilantes” contou com a participação de dezenas de trabalhadores, de diversas cidades do Sul do Estado, cumprindo o objetivo de aproximar ainda mais o Sindicato e os trabalhadores.

Nos próximos meses, outras edições serão realizadas em cidades-pólo, cujas datas e locais serão divulgados oportu-

namente.

Além de conhecerem a nova subsele, durante o evento os participantes tiveram a oportunidade de se informar sobre as atividades promovidas pelo Sindicato, acompanhar palestras sobre segurança e saúde e saber sobre o andamento de processos movidos pelo Sindicato na região, nas áreas trabalhista e previdenciária.



Durante o encontro, a direção do Sindicato informou que subsele da entidade no Sul de Minas está funcionando em novo endereço: Rua Marechal Deodoro, 524, no Centro de Pouso Alegre

Sindicato poderá entrar com ação na Justiça contra Esparta e GP

A Esparta Segurança continua dando trabalho para o Sindicato e prejuízos aos trabalhadores. Como vem ocorrendo com frequência, novamente a empresa pagou o salário de abril com atraso e incompleto. Além disso, empregados denunciam que estão sem plano de saúde e recebendo o tíquete refeição sempre com atraso.

Para solucionar estes e outros problemas, que tanto têm prejudicado os vigilantes, a direção do

Sindicato acionou a empresa por diversas vezes, sem sucesso. O Sindicato também denunciou a Esparta ao Ministério do Trabalho e poderá entrar com ação na Justiça para que ela cumpra com suas obrigações trabalhistas.

GP

Outra empresa que está na mira do Sindicato é a GP Guarda Patrimonial. Segundo denúncias de trabalhadores, a empresa não tem

feito o pagamento dos reflexos referentes à periculosidade, horas extras, adicional noturno, férias e 13º salário.

Em reunião com a diretoria do Sindicato, a representação da empresa não conseguiu comprovar a regularização da situação. Diante disso, a entidade já está tomando outras providências para que os trabalhadores tenham seus direitos assegurados e não sofram com os desmandos da administração da GP.

Debate sobre Estatuto da Vigilância Privada e piso salarial nacional chega à Câmara dos Deputados

Após anos de debate entre as entidades representativas dos vigilantes e os trabalhadores, o projeto que trata da criação do Estatuto da Vigilância Privada e de um piso salarial nacional para a categoria começou a ser discutido na Câmara dos Deputados.

As primeiras audiências públicas, realizadas nos dias 7 e 14 de maio, contaram com a participação de entidades representativas dos vigilantes e dos patrões.

Nas audiências, foram discutidos temas relacionados à disciplina da atividade de segurança privada, armada ou desarmada; e ao papel

dos contratantes, prestadores de serviços e dos profissionais.

“Este é um momento muito importante para os vigilantes, em que devemos unir todas as nossas forças para avançarmos na luta por uma legislação mais moderna, com regras que nos possibilite realizar um serviço de qualidade. Mas, também, que atenda às necessidades dos trabalhadores, seja na melhoria dos salários, por meio da criação de um piso salarial nacional; das condições de trabalho, formação profissional e combate à vigilância clandestina”, explica o presidente do Sindicato, Romualdo Al-

ves Ribeiro.

Além de novas regras na Vigilância Privada e de um salário digno – baseado no mínimo calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), atualmente no valor de R\$ 3.251,61, o presidente do Sindicato ressalta que é preciso garantir aos vigilantes os equipamentos necessários para que possam proteger vidas e patrimônios.

Mobilização e pressão

“É preciso modernizar o aparato de segurança dos trabalhadores, com armas e equipamentos adequados para



fazer frente à criminalidade dos dias de hoje”.

Para que o debate não se arraste por muito tempo, como ocorreu na luta pela conquista do adicional de periculosidade de 30% - que demorou cerca de dez anos para ser aprovado, Romualdo ressalta que a

mobilização de todos é fundamental.

“É preciso que os vigilantes acompanhem de perto as discussões e pressionem os parlamentares para que acelerem a tramitação do projeto, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado”.

Inclusão no plano de saúde deve ser feita imediatamente após contratação

O Sindicato tem recebido denúncias de que empresas da base estariam deixando de incluir vigilantes novatos e antigos no plano de saúde.

A entidade esclarece que todos os trabalhadores devem ter direito ao convênio médico estabelecido pela Convenção Coletiva de Trabalho da categoria

imediatamente após sua contratação.

Em caso de descumprimento, além de serem acionadas pelo Sindicato, as empresas podem ter que responder na Justiça por danos morais e ter de ressarcir os trabalhadores por eventuais gastos com consultas e tratamento médico.

“A recomenda-

ção do Sindicato é para que, tão logo seja contratado, o trabalhador entre em contato com o departamento de recursos humanos da empresa para confirmar se foi incluído no plano de saúde e também para que possa optar pela inclusão ou não de dependentes no convênio”, orienta o diretor do Sindicato Ronaldo Gomes.



Trabalho no Dia do Vigilante deve ser recebido em dobro

O Sindicato lembra que o dia 20 de junho é data nacional do vigilante, ou seja, feriado para a categoria. Assim, todos os trabalhadores que trabalharem neste dia têm direito a receber o dia trabalhado em dobro, conforme determina a Súmula 444 do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Em caso de descumprimento, denuncie ao Sindicato para que sejam tomadas as devidas providências.



Sindicato exige providências da Esquadra para regularização de pendências trabalhistas

O Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais repudia veementemente a “nota de esclarecimento” distribuída pela Esquadra Transporte de Valores & Segurança, na qual desmente as denúncias veiculadas pela entidade, no jornal “O Vigilante” de fevereiro de 2015.

Na oportunidade, o Sindicato informou à categoria que havia solicitado à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais (SRTE-MG) uma fiscalização na empresa, por descumprimento da legislação trabalhista.

Agora, o Sindicato não só reafirma as denúncias como confirma que continua recebendo reclamações de trabalhadores

acerca do descumprimento, por parte da Esquadra, de uma série de direitos trabalhistas, como atraso no pagamento de salário, pagamento do salário de abril sem o reajuste assegurado pela Convenção Coletiva de Trabalho de 2015 e fornecimento de tíquete refeição e da cesta básica com valores antigos.

Vigilantes também se queixam de pagamento de férias com valores sem a devida correção e do não recebimento de horas extras. Em quase todo o Estado, além desses problemas, trabalhadores denunciam que não estão tendo atendimento pelo plano de saúde contratado pela empresa, por não haver hospitais ou

consultórios credenciados.

Em audiência pública no dia 20 de maio, na SRTE, em Belo Horizonte, entre a diretoria do Sindicato, representantes da Esquadra, do Banco do Brasil (BB) e da Caixa Econômica Federal (CEF), a empresa informou ter creditado na naquela data a diferença de salário referente ao mês de abril de 2015, decorrente da não aplicação da correção na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2015, e que faria o pagamento da diferença em relação ao tíquete alimentação até o dia 22 de maio.

A Esquadra se comprometeu a encaminhar ao Sindicato, até o dia 21 de maio, os espelhos da trans-

ferência eletrônica bancária referente ao crédito da diferença salarial, e de enviar, até o dia 22 de maio, o comprovante do crédito da diferença em relação ao tíquete alimentação.

No dia 25 de maio, houve nova audiência entre as partes, para comprovação da quitação dos direitos dos trabalhadores e de uma posição definitiva da empresa com relação ao pagamento aos vigilantes da multa prevista na cláusula 61ª da CCT em razão do descumprimento dos direitos dos trabalhadores. Como a empresa não regularizou a situação, o Sindicato solicitou à STRE uma fiscalização na empresa e já está estudando as medidas jurídicas a serem tomadas.

Servi-San perde setor do Itaú e não paga vigilantes

Há meses o Sindicato vem acompanhando com preocupação a situação dos trabalhadores da Servi-San, que se queixam dos constantes atrasos no pagamento de salários, horas extras e benefícios.

No início de maio, a empresa perdeu o contrato com o banco Itaú e dispensou centenas de trabalhadores que prestavam serviços na instituição. Para piorar ainda mais a situação, não acertou as verbas rescisórias e nem deu previsão de quando pretende pagar os vigilantes.

Para que os trabalhadores não fiquem no prejuízo, o Sindicato acionou sua assessoria jurídica, que conseguiu uma audiência na 10ª Vara do Trabalho, em Belo Horizonte, no dia 9 de junho, para tratar do assunto.

Caso a Servi-San e o Itaú não assumam o pagamento das verbas rescisórias dos trabalhadores, o Sindicato poderá pedir na Justiça o bloqueio dos bens da empresa, e dos recebimentos que ela possa ter com todos os seus clientes, e também responsabilizar o tomador do serviço.

Portanto, mais do que nunca é preciso que os trabalhadores se mantenham mobilizados e unidos ao Sindicato.

Uniserv: vigilantes cruzam os braços por dois dias para receber seus direitos trabalhistas

Trabalhadores da Uniserv - União Serviços de Vigilância que prestam serviços para o Banco do Brasil (BB) paralisaram suas atividades nos dias 13 e 14 de maio, em várias cidades do Estado em protesto contra o descumprimento de direitos trabalhistas por parte da empresa.

Além de atrasar o pagamento de salário e de reduzir o valor do vencimento a parte do conjunto de seus empregados, a empresa vinha descumprindo com suas obrigações no que diz

respeito ao pagamento de férias, tíquete alimentação, plano de saúde, reciclagens vencidas, entre outros.

Denunciada pelo Sindicato ao Ministério do Trabalho, em audiência no dia 14 de maio, na Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região, em Belo Horizonte, que contou com a participação de representantes do Sindicato, da Unisev e do Banco do Brasil, a empresa assumiu o compromisso de quitar os direitos pendentes dos trabalhadores até o dia 22 de maio, mediante reser-

va dos valores necessários no pagamento da fatura que o BB deveria promover em seu favor. No entanto, a empresa não cumpriu integralmente o acordo feito no Ministério Público do Trabalho.

Na audiência, a Uniserv também assumiu o compromisso de não tomar qualquer medida de represália contra os trabalhadores que participaram da paralisação.

Para garantir a quitação de direitos futuros dos trabalhadores, o Sindicato propôs que, no pagamento

das faturas devidas à Uniserv, sejam retidos mensalmente os valores referentes à folha salarial (salários e benefícios), fazendo o próprio Banco do Brasil a quitação dessas quantias mediante depósito nas contas bancárias dos trabalhadores.

O Banco do Brasil e a Uniserv solicitaram a concessão de prazo para submeter a proposta às suas instâncias superiores. A Procuradoria deu prazo até o dia 8 de junho para a empresa e o banco apresentem uma resposta.



EXPEDIENTE

O Vigilante - Informativo do Sindicato dos Empregados das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais. Sede: Rua Curitiba, 689, 9º andar, Centro, Belo Horizonte/MG. Telefax: (31) 3270-1300. Subsele Vale do Aço: Rua Belo Horizonte, 341C, Centro, Ipatinga/MG. Telefax: (31) 3823-9083. Subsele Sul de Minas: Rua Marechal Deodoro, 524, Centro, Pouso Alegre/MG. Telefax: (35) 3423-3318. Presidente: Romualdo Alves Ribeiro. Coordenador de Imprensa: Afonso Nonato Neto. Jornalista responsável: Eliezer Dias (MG 06553JP). Diagramação e ilustração: Elvis. E-mail: ovigilante@ovigilante.org.br. Site: www.ovigilante.org.